

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 243/16 **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE NÃO-ME-TOQUE - RS**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 87.613.519/0001-23, com sede à Av. Alto Jacuí, nº 840, neste ato representado pela Prefeita Municipal, **Sra. TEODORA B. S. LÜTKEMEYER**;

CONTRATADA: **PERFORMATICA COMPUTAÇÃO E COMÉRCIO DE SISTEMAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 90.605.668/0001-55, estabelecida na Avenida Independência, 359, conj. 214, CEP 90035-074, na cidade de Porto Alegre - RS, representada neste ato pela **Sra. ÂNGELA AULER GRINES DA SILVA**, CPF nº 611.769.820-87.

As partes acima qualificadas têm entre si, como justo e acordado, o presente instrumento de Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, com base no que dispõe o art. 24, II, da Lei nº 8666/93 e suas alterações legais, o que mutuamente aceitam e outorgam, mediante as cláusulas e condições conforme segue.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

- 1.1** É objeto deste Contrato, sob responsabilidade da **CONTRATADA**, a **prestação de serviços de atualização e suporte do Sistema Compulab para o Laboratório de Análises Clínicas Municipal**. A contratação de atualização é anual, sendo o período de vigência de 01(um) ano a partir do recebimento do empenho. A atualização será feita via acesso remoto (internet) e contempla atendimentos via fax, telefone. Sob coordenação da Secretaria Municipal de Saúde.
- 1.2** Justifica-se esta contratação com um orçamento, devido ao fato de a empresa contratada ser a mesma que projetou e instalou o programa, tornando inviável a substituição e/ou contratação de outra empresa para executar a atualização do programa já existente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO:

- 2.1** A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pela prestação dos serviços supra mencionados, a importância de **R\$ 1.380,00** (um mil, trezentos e oitenta reais).
- 2.2** O pagamento será efetuado em parcela única, até o 5º dia útil após o recebimento da Nota Fiscal, assinada e carimbada pelo Gestor e Fiscal e a apresentação do Boletim de Fiscalização;
- 2.3** Sobre o valor do Contrato haverá retenção dos impostos devidos, conforme legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA RESCISÃO:

- 3.1** A vigência da prestação de serviços descrita na cláusula 1.1 deste Contrato será **de 1(um) ano a partir de 01 de junho de 2016**.
- 3.2** A **CONTRATADA** reconhece desde já que o presente Contrato poderá ser rescindido antecipadamente, conforme facultam os Arts. 77, 78, 79, e 80 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 4.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

2080 Manutenção da Assistência Médica e Odontológica

3.3.9.0.39.08.00.00 Manutenção de Software – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

- 5.1** A **CONTRATADA** se obriga a fornecer a mão-de-obra necessária à execução do objeto deste contrato arcando com as despesas decorrentes com pessoal conforme legislação trabalhista e arts. 68 a 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações legais. Assumindo inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como pelos encargos previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços ora contratados.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES:

6.1 Pelo inadimplemento das obrigações, a **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes penalidades:

6.1.1 Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

6.1.2 Executar o contrato, com atraso injustificado até o limite de 05 (cinco) dias após, os quais serão considerados como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

6.1.3 Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 1 (um) ano e multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

6.1.4 Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

6.1.5 Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual, apresentar documentação falsa, fraude ou falha na execução do contrato: declaração de inidoneidade e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato.

6.1.6 As penalidades serão registradas no cadastro da **CONTRATADA**, quando for o caso.

6.2 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que for imposta a **CONTRATADA**, em virtude de penalidade ou, inadimplência contratual.

6.3 Será facultado ao licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO:

7.1 Em atendimento ao Artigo 58, inciso III da Lei 8.666/93, o Gestor do presente contrato será o Sr. Marco Antonio da Costa, e a execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Sra. Ardenilde Ines Wojahn.

CLÁUSULA OITAVA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

8.1 É dispensável a licitação para a presente contratação, conforme prevê o art. 24, II da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações legais.

CLÁUSULA NONA – DO FORO:

9.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Não-Me-Toque - RS, para solucionar todas as questões oriundas deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1 E por estarem as partes assim, justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e uma só finalidade, perante duas testemunhas, para que produza seus efeitos legais.

NÃO-ME-TOQUE, EM 31 DE MAIO DE 2016.

Examinado e aprovado:

Andressa B. Brasil
Procuradora Jurídica Municipal
OAB/RS 83.514

TEODORA B. S. LÜTKEMEYER
PREFEITA MUNICIPAL
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

PERFORMATICA COMPUTAÇÃO E
COMÉRCIO DE SISTEMAS LTDA
CONTRATADA